

LIVROS PORTUGAL

Publicação mensal da Associação Portuguesa de Editores e Livreiros



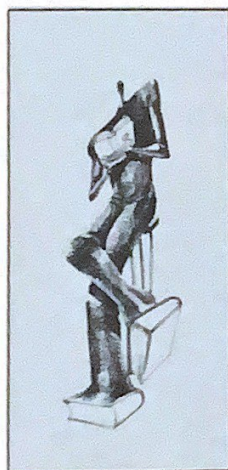
Ano II • N.º 10 • OUTUBRO 1989 • 200\$00

LIVROS PORTUGAL

Publicação mensal da Associação Portuguesa de Editores e Livreiros

3 • EDITORIAL

5 • NOTICIÁRIO
EDITORIAL
E LIVREIRO



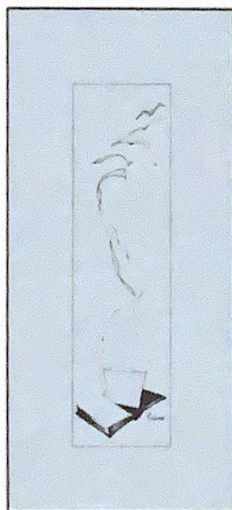
7 • EFEMÉRIDE
JUBILEU
NA LIVRARIA
FERIN



11 • DOSSIER
OS PREÇOS
DOS LIVROS



21 • INFORMAÇÃO
EDITORIAL



31 • BIBLIOGRAFIA



38 • ÍNDICE
DA BIBLIOGRAFIA

LIVROS DE PORTUGAL — Publicação mensal da ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE EDITORES E LIVREIROS, com o apoio do INSTITUTO PORTUGUÊS DO LIVRO E DA LEITURA. Sede, Redacção e Administração de Livros de Portugal: Av. dos Estados Unidos da América, 97-6.º Esq. 1700 Lisboa — PORTUGAL — Telf. 889136 — Telex 62735 APEL P. Edição e Propriedade: Associação Portuguesa de Editores e Livreiros. Director: Francisco Espadinha. Coordenadora: Cristina Luísa Falcão. Capa: Margarida Macedo. Composição e fotolito: Textype - Artes Gráficas, Lda. Impressão: Rolo e Filhos, Lda. — Mafra. Depósito Legal n.º 26534/89. Distribuição: Dinalivro/Lisboa. Tiragem: 2000 ex. Preço: 200\$00. Estrangeiro: US\$ 2. ISSN — 0870-5259. Assinatura por ano: Portugal — 2000\$00. Estrangeiro: US\$ 24.

LIVROSPORTUGAL

Tal como foi anunciado no número anterior de *LIVROS DE PORTUGAL*, a presente edição da nossa Revista é dedicada ao livro escolar em geral e ainda à questão, mais específica, do novo regime de comercialização dos manuais escolares.

Como o leitor terá ocasião de verificar, ficou aqui compulsada toda a documentação que foi distribuída na Conferência de Imprensa realizada no passado dia 13 de Setembro.

A leitura dessa documentação, associada ao muito que já foi dito e escrito sobre o referido regime de comercialização, é suficientemente elucidativa não apenas da posição dos editores e livreiros mas da justiça das nossas razões.

Entretanto, é dito, logo na abertura do documento-síntese da Conferência de Imprensa, que a Associação Portuguesa de Editores e Livreiros tem vindo, ao longo dos últimos quinze anos, a desenvolver um constante diálogo com os sucessivos Governos, consubstanciado em legislação que foi contribuindo para o aperfeiçoamento da produção e difusão do livro escolar.

Assim tem sido o procedimento desta Associação, ciente da utilidade social da sua experiência e, não menos do que esta, da sua disponibilidade. Por outro lado, pensamos que este diálogo institucional entre Governo e Associação Portuguesa de Editores e Livreiros, nas questões que dizem respeito ao livro, se tem sido até hoje proveitoso, deve continuar a sê-lo em benefício do desenvolvimento do sector editorial e livreiro do País, ou seja, de um sector cuja utilidade pública não suscita dúvidas.

Ora, é nessa perspectiva que nos situamos, tentando reatar um diálogo que foi interrompido com

EDITORIAL

o aparecimento desta medida legislativa que orienta a comercialização do livro precisamente no sentido contrário àquele que vínhamos preconizando. Ou seja: quando a Associação Portuguesa de Editores e Livreiros vinha apelando para a necessidade de se disciplinar o mercado livreiro, sugerindo a promulgação de uma lei que limitasse a 5% o desconto na venda de livros ao público, teve a surpresa de deparar com uma lei que generaliza a prática indiscriminada de descontos na venda de manuais relativos aos anos de escolaridade obrigatória.

E isto sucedeu de repente, sem qualquer audiência prévia dos interessados e directamente visados, como é o nosso caso, e, por conseguinte, ao arripio de toda uma tradição de diálogo cujos benefícios tivemos ensejo de atrás sublinhar.

Não obstante estarmos perante factos consumados, pensamos que não é tarde para se reapreciar o regime de comercialização do livro em Portugal e adoptar as soluções mais convenientes à luz do interesse público. Outros passaram por experiências «liberalizantes» do mesmo tipo, como foi o caso da França e da Irlanda, e souberam arripiar caminho, sem o menor desdouro, muito pelo contrário.

Pela nossa parte, queremos insistir que nos colocamos numa perspectiva de interesse público, empenhados como estamos no desenvolvimento e valorização de um sector que, sendo precário e altamente vulnerável, é de uma importância cultural indiscutível.

Da parte do Governo, para quem o fomento da rede livreira nacional é um objectivo prioritário da sua política, esperamos acima de tudo que tenha em conta a argumentação produzida pelos profissionais do sector.